
AMB critica encontro de advogados com ministro da Justiça

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo Costa, criticou a conduta dos advogados que, segundo ele, tentam pressionar o Judiciário com o uso do poder político.

A manifestação do dirigente se refere aos encontros de advogados envolvidos na "lava jato" com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para tratar do processo. Cardozo afirma que participou de audiências com alguns dos advogados, mas nega que eles tenham pedido que o ministro atuasse no sentido de criar qualquer obstáculo ao curso das investigações.

“É fundamental para a democracia que os advogados atuem na amplitude das suas prerrogativas, de forma incondicional. Porém, estas mesmas garantias devem ser exercidas dentro de um conceito radicalmente republicano. Neste caso específico, a conduta dos advogados induz em uma atuação voltada para pressionar o uso do poder político sobre o Judiciário”, afirma.

O presidente da AMB defende o Poder Judiciário como instância para o exercício da ampla defesa, já devidamente estruturado para recepcionar todo e qualquer pleito em relação ao caso. “Para cada decisão da Justiça, contamos com infindáveis recursos. O que não podemos admitir é a tentativa de pressionar o Poder Judiciário e os juízes que atuam no processo, muito menos qualquer conduta que tente desqualificar o magistrado que preside as investigações em questão”, alerta Costa.

Preocupado com a pressão política que parece se intensificar sobre as investigações da operação "lava jato", João Ricardo Costa encaminhou um pedido de audiência ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Costa deverá propor uma varredura na gestão das empreiteiras citadas.

“O Judiciário precisa conduzir esse processo e avançar com independência no combate à corrupção e à impunidade. A operação 'lava jato' trouxe fortes indícios de que muitas dessas empreiteiras que estão sendo investigadas atuam como verdadeiras organizações criminosas cartelizadas que estão saqueando os cofres públicos há anos. É necessário que o Executivo promova uma investigação profunda, além das denúncias da Petrobras”, defende. *Com informações da Assessoria de Imprensa da AMB.*

Date Created

20/02/2015